

Ásia

Refugiados afegãos - Desfecho de uma longa tragédia

Raquel Freitas

O problema dos refugiados afegãos começou em 1979, com a invasão soviética, e está longe de estar resolvido. Os problemas políticos, económicos e sociais no Afeganistão, a seca prolongada e a persistência de zonas de conflito, sugerem que a resolução do problema não se resume a um simples repatriamento e à reconstrução pós-bélica do país.

A questão dos refugiados foi sendo agravada por uma política internacional que, em termos práticos, esqueceu e ignorou o problema do Afeganistão, e que optou por considerar que a melhor opção para os refugiados afegãos seria o repatriamento, quando a situação no país estava longe de oferecer as condições para um regresso seguro de todos aqueles que haviam fugido

O agravamento do conflito no Afeganistão, que já se prolongava desde 1979, e o início dos bombardeamentos norte-americanos, no Outono de 2001, deram origem a um significativo crescimento do fenómeno de fuga de populações, quer internamente quer para fora do país.

Esta situação não é de todo nova nem somente causada pela nova crise, visto que as deslocções involuntárias de populações naquela zona é uma realidade preocupante desde há, pelo menos, 23 anos. Depois de várias oscilações ao longo dos anos, o problema vinha-se a intensificar há mais de um ano, devido às condições críticas causadas, em parte, pelo conflito interno, e também por uma prolongada seca que tem afectado o Afeganistão, agravando as já precárias condições de vida das populações.

Até ao início da presente crise, cerca de meio milhão de pessoas estavam deslocadas dentro do Afeganistão (números que já haviam ascendido ao milhão em anos anteriores); cerca de 2 milhões haviam fugido para o Paquistão; 1,5 milhões para o Irão e 38 mil estavam espalhados por outros países da zona. Após os acontecimentos de 11 de Setembro, estima-se que mais 380 mil pessoas tenham fugido para os países vizinhos e mais de 2 milhões estejam deslocadas no interior do país.

Os problemas políticos, económicos e sociais no Afeganistão e a natureza particular e profunda do fenómeno de desenraizamento no país, aliados à seca prolongada e à persistência de zonas de conflito, sugerem que a resolução do problema dos refugiados na região será muito mais complicada do que pode parecer, e não se resume a um simples repatriamento e reconstrução pós-bélica.

Um problema de longa data...

O êxodo de civis do Afeganistão teve início logo após a invasão soviética, registando-se 600 mil refugiados em 1979. Os números atingiram um pico de 6,3 milhões após o fim da invasão soviética, e só em 1992 é que se deu o primeiro grande movimento de repatriamento, de 1,5 milhões de refugiados. No entanto, logo depois teve lugar uma nova onda de deslocções, devido ao recrudescimento da violência, e o processo tem oscilado sucessivamente ao sabor da melhoria ou agravamento das condições internas, seja por razões políticas, seja pelas dificuldades económicas e pela inevitável ligação das mesmas ao conflito.

Os bombardeamentos norte-americanos alteraram significativamente o tradicional padrão de deslocções: enquanto anteriormente se caracterizavam por êxodos rurais de famílias ou mesmo de aldeias inteiras, em fuga da seca ou do conflito e em busca de assistência nas cidades, os ataques aéreos despoletaram movimentos massivos das cidades para zonas rurais ou países vizinhos. No entanto, estes movimentos foram seguidos por regressos imediatos, enquanto que aqueles que já se encontravam deslocados ou refugiados não regressaram.

Embora alguns milhões de refugiados tivessem regressado a casa durante os anos 90, apesar da persistência da violência, existe um número significativo de população que se encontra refugiada há mais de 20 anos, e muitas das crianças e jovens nunca viram sequer a sua pátria.

A questão dos refugiados foi sendo agravada por uma política internacional que, em termos práticos, esqueceu e ignorou o problema do Afeganistão, e que optou por considerar que a melhor opção para os refugiados afegãos seria o repatriamento, quando a situação no país estava longe de oferecer as condições para um regresso seguro de todos aqueles que haviam fugido. Nesse contexto, diminuíram-se consideravelmente não só os fundos para assistência aos refugiados como também os programas de recolhimento de refugiados em novos países. Ao mesmo tempo, cada vez são menores as possibilidades

de integração nos países vizinhos, já extremamente pobres e sacrificados com a presença de números substanciais de refugiados, que só podem alojar em campos onde as perspectivas de futuro são pouco sorridentes.

A presente ajuda humanitária

Quando se iniciaram os ataques aéreos, a previsão das Nações Unidas apontava para cerca de 2 milhões de pessoas deslocadas dentro do Afeganistão até Março de 2002 e 1,5 milhões procurariam refugio em países vizinhos, nomeadamente no Paquistão. Para fazer face às necessidades de 6 meses de assistência humanitária, e com base em estimativas de que 7,5 milhões de pessoas necessitassem de ajuda humanitária, as Nações Unidas fizeram um apelo de fundos no valor de 584 milhões de dólares, dos quais 268 milhões se destinavam ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

No entanto, os apelos das agências humanitárias são difíceis de elaborar na medida em que exigem estimativas para situações que são altamente incertas, e onde a contabilização dos números e zonas de populações deslocadas ou refugiadas se torna muito difícil, dada a própria dificuldade de acesso das agências humanitárias. Algumas pessoas, por exemplo, frequentemente designadas como “refugiados invisíveis”, optam por passar a fronteira para o Paquistão e para o Irão em zonas pouco controladas e dirigir-se para zonas urbanas ou para os antigos campos de refugiados naqueles países. Só no início de Novembro de 2001 é que o ACNUR conseguiu iniciar um programa de assistência significativo aos estimados 140 mil novos refugiados afegãos no Paquistão. Destas circunstâncias resulta uma clara dificuldade em manter estimativas fiáveis na base das quais estabelecer programas humanitários.

Assim, o valor inicialmente pedido pelas agências humanitárias foi mais tarde ajustado para 662 milhões de dólares (incluindo mais cerca de 300 milhões de despesas adicionais), tendo em conta as alterações significativas no panorama político e militar, nomeadamente a proporção de território controlado pelos Taliban, a partir de 9 de Novembro.

A proporção de fundos pedidos por cada agência humanitária também foi profundamente alterada, visto que, contrariamente às previsões iniciais, que apontavam para 1,5 milhões de refugiados como resultado da nova crise, as estimativas em finais de Novembro de 2001 apontavam para apenas 380 mil refugiados e 2,250 milhões de deslocados internos. Esta discrepância deve-se, em grande parte, à política de fechamento de fronteiras por

parte dos países vizinhos, nomeadamente o Irão e o Paquistão, que tradicionalmente são os principais países de acolhimento de refugiados afegãos, e aos desenvolvimentos dentro do próprio país, que obrigaram à permanência de muitas populações que, no entanto, se encontram deslocadas da sua zona original de residência.

Tal política de encerramento das fronteiras é contrária ao direito internacional sobre refugiados, mas não foi devidamente condenada pela comunidade internacional, uma vez que se optou por privilegiar a assistência interna, visto que a presença de muitos refugiados poderia desestabilizar ainda mais o já frágil equilíbrio político no Paquistão.

A assistência dentro do Afeganistão continua a ser difícil, e as agências que estão a implementar os programas concentram-se na parte Norte e Oeste do país; mesmo aí, a falta de segurança impera e as ajudas são frequentemente desviadas pelos senhores da guerra, o que significa que o problema dos refugiados e deslocados não está perto de acabar.

Embora nas últimas semanas de 2001 tenham regressado ao Afeganistão, vindos do Irão e do Paquistão, cerca de 700 mil refugiados, as previsões das Nações Unidas apontam para uma continuação do fluxo no sentido contrário, caso a situação interna não estabilize, confirmadas por novos afluxos de refugiados às fronteiras com o Paquistão no início de 2002, fugidos aos bombardeamentos, à pobreza e à seca. O próprio ACNUR tem alertado os refugiados para o perigo de um regresso prematuro que pode originar novas deslocações, caso a situação não esteja completamente resolvida, como o demonstra a insegurança ainda prevalecente em muitas zonas do país.

Um dos problemas sérios com que se defrontam algumas das agências humanitárias é o da identificação de elementos armados ou combatentes entre as populações de refugiados e deslocados internos, os quais podem colocar em risco a neutralidade dos campos de refugiados e a sua própria segurança, assim como danificar a imagem de neutralidade das agências que prestam assistência a esses grupos. No entanto, a situação é difícil: muitas vezes a não assistência pode significar a morte à fome, enquanto outras vezes esses combatentes se fazem acompanhar por grupos vulneráveis, como mulheres, idosos e crianças, e misturam-se nesses grupos.

A fase seguinte

Embora os ataques aéreos estejam numa fase final, o problema das populações afegãs continua. As condições de vida na zona este do país têm-se vindo a degradar cada vez mais, provocando novos êxodos de afegãos para o Paquistão, que continua a recusar a entrada a muitas pessoas, mesmo em condições vulneráveis.

Assim, não se prevê um repatriamento massivo antes da primavera de 2002, mas já estão a ser desenvolvidos planos de repatriamento e reintegração. O ACNUR tem uma considerável experiência em planos de desenvolvimento no Afeganistão e nos países vizinhos, através dos chamados Projectos de Impacto Imediato, ou ainda de programas de criação de rendimento, implementados em conjunto com instituições financeiras internacionais que, de alguma forma, promovem uma ligação entre a ajuda de emergência e a ajuda ao desenvolvimento e reconstrução.

As agências humanitárias têm em mãos uma responsabilidade acrescida nesta crise, uma vez que dispõem de uma relativa abundância de fundos que normalmente aflui em emergências de elevado perfil. Esta pode servir para solucionar o problema dos refugiados antigos, mas só se houver uma eficaz gestão e coordenação dos fundos, que promova um regresso sustentável ao Afeganistão. Isso passa pela ligação do apoio na fase de emergência aos apoios para o desenvolvimento que se seguem.

Vários problemas sérios irão dificultar o repatriamento, entre eles a seca, que tem afectado grandes zonas do país, a destruição geral de colheitas, e a enorme quantidade de minas e bombas não rebentadas espalhadas pelo país, que todos os dias produzem um número elevado de mutilados. Neste contexto, é fundamental fazer prevalecer o carácter voluntário de qualquer repatriamento.

Há evidência que sugere que a permanência prolongada de muitos dos refugiados afegãos em países de exílio se deve mais a razões de natureza económica do que à insegurança física. Daí a importância extrema da reconstrução económica e da criação de infraestruturas de desenvolvimento do país, que convençam as populações de que o regresso não implicará uma vida ainda mais precária do que a dos campos de refugiados.

Outros problemas de fundo podem ter o mesmo efeito, como as disputas pela terra ou as diferenças tribais, étnicas e religiosas. Além disso, o repatriamento de pessoas que vivem noutras zonas há décadas pode-se revelar uma questão muito complexa e delicada. Por outro lado, o choque cultural pode já ser grande entre gerações que estiveram expostas à cultura ocidental e que, em grande parte, aderiram aos seus valores, e gerações que

ficaram no país e que são mais conservadoras. É importante, por exemplo, restabelecer a plenitude dos direitos das mulheres, mas a resposta internacional deverá ter em atenção as diferenças culturais e fazer estudos de impacto social para as medidas e reformas que se pretendem fazer.

De entre as actividades básicas de reconstrução inclui-se a desminagem, a reparação de canais de irrigação, a provisão de sementes e de instrumentos para a agricultura, a melhoria de acessos entre as aldeias e mercados, a instalação de poços para provisão de água potável, entre muitas outras. Algumas das prioridades para a reintegração dos refugiados e deslocados nas suas zonas de origem passam pelo investimento na educação das crianças e jovens. Por outro lado, a maior parte da população com qualificações foi obrigada a fugir do país, e torna-se importante promover o seu regresso para que seja possível levar a bom termo o processo de reconstrução.